



POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SEGURANÇA PÚBLICA

RODRIGO SOARES RODRIGUES
SÍLVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SANTOS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA
MILITAR DA PARAÍBA: O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA**

João Pessoa - PB
2025

RODRIGO SOARES RODRIGUES
SÍLVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SANTOS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA
MILITAR DA PARAÍBA: O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Educação da PMPB como parte dos requisitos para a conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública.

Orientadora: Prof.^a Dra. Fernanda Mendes Cabral.

Linha de pesquisa: Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador em Segurança Pública.

**João Pessoa - PB
2025**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA: O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Rodrigo Soares Rodrigues ¹

Sílvio André de Oliveira Santos ²

RESUMO

Ao longo de vinte anos, o Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) formou profissionais de diversas instituições municipais, estaduais e federais, o que resultou numa robusta contribuição para a comunidade acadêmica nacional. No entanto, esta pós-graduação se constituiu a partir de dois direcionamentos principais, primeiro como política educacional para formação continuada de Oficiais e segundo, como condicionalidade para habilitar Capitães da Polícia Militar ao posto de Major. Neste diapasão, o presente estudo partiu do seguinte questionamento: Como a produção acadêmica do CESP tem fomentado discussões no campo das teorias e práticas em Segurança Pública no Brasil, sobretudo, na Paraíba? Destarte, esta pesquisa teve como objetivo geral, apresentar o estado da arte da produção acadêmica do CESP da PMPB, com recorte temporal entre os anos de 2004 a 2024. Como objetivos específicos, buscou descrever sistematicamente os métodos, as abordagens e os procedimentos de pesquisa utilizados para a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso em suas determinadas linhas de pesquisa, além de evidenciar as principais contribuições do arcabouço teórico-metodológico e temático para o processo de formação continuada de policiais militares em respectivas áreas de atuação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo estado da arte, de abordagem quali-quantitativa, realizada com o auxílio de pesquisa documental e análise sistemática dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Os resultados revelam uma produção acadêmica crescente e consistente, com predominância de pesquisas descritivas com abordagens qualitativas e quali-quantitativas. As produções apresentam especialmente temas relacionados à gestão institucional, à valorização profissional e à saúde dos trabalhadores em Segurança Pública. O estudo mostra ainda a diversidade temática dos TCCs e teve como linha de pesquisa mais procurada “Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública”. Há pouca abordagem em temas emergentes como inteligência artificial, tecnologias da informação e cibersegurança, lacunas que apontam caminhos promissores para futuras investigações. Portanto, a produção acadêmica do CESP demonstra importância estratégica para o fortalecimento da formação continuada e qualificação prática dos profissionais de Segurança Pública. O estado da arte demonstrou que o CESP representa uma importante ferramenta para qualificação profissional e geração de conhecimento aplicado à realidade da Segurança Pública no Brasil.

Palavras-chave: Segurança Pública; Produção Acadêmica; Estado da Arte; Pós-graduação; Formação Continuada.

ABSTRACT

Over the course of twenty years, the Specialization Course in Public Security (CESP) of the Military Police of Paraíba (PMPB) has trained professionals from various municipal, state, and federal institutions, significantly contributing to the national academic community. This postgraduate program was founded on two main pillars: as an educational policy for the continuous training of Officers, and as a requirement for enabling Military Police Captains to be promoted to the rank of Major. In this context, the study was guided by the following research question: How has the academic output of

¹ Capitão da Polícia Militar da Paraíba - aluno do Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública no Centro de Pós-Graduação e Pesquisa da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Bacharel em Segurança Pública pela PMPB. Bacharel em Direito pela UEPB. E-mail: rodrigues2300@gmail.com.

² Capitão da Polícia Militar da Paraíba - aluno do Curso de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública no Centro de Pós-Graduação e Pesquisa da Polícia Militar da Paraíba (PMPB). Bacharel em Segurança Pública pela PMPB. E-mail: silvioasantos@gmail.com.

CESP fostered discussions on theories and practices in Public Security in Brazil, particularly in the state of Paraíba? The general objective of the research was to present the state of the art of academic production within PMPB's CESP on the period from 2004 to 2024. The specific objectives were to systematically describe the methods, approaches, and research procedures used in final course papers, aligned with their respective research lines, and to highlight the main contributions of theoretical, methodological, and thematic frameworks to the continuous training of Military Police Officers. Methodologically, this is a state of the art bibliographic research with a qualitative-quantitative approach, supported by documentary research and systematic analysis of course completion works. Results indicate a growing and consistent academic output, predominantly descriptive, with qualitative and quali-quantitative approaches. The studies mainly address topics such as institutional management, professional appreciation, and the health of public security workers. The research also reveals a thematic diversity among papers, with "Systems, Institutions, and Integrated Management in Public Security" emerging as the most studied research line. There is limited engagement with emerging topics such as artificial intelligence, information technology, and cybersecurity, gaps that present promising room for future research. Thus, the academic output of CESP demonstrates its strategic importance in strengthening the ongoing education and practical qualification of Public Security professionals. The state of the art analysis confirms that CESP is a key instrument for professional development and knowledge generation tailored to the realities of Public Security in Brazil.

Key words: Public Security; Academic Production; State of the Art; Graduate Studies; Continuing Education.

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) da Polícia Militar do Estado da Paraíba (PMPB) teve sua primeira edição no ano de 2004, surgindo a partir de outra capacitação preexistente, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), um curso de formação continuada direcionado à qualificação de Oficiais da Polícia Militar.

O CESP formou profissionais de Segurança Pública de diversas instituições, municipais, estaduais e nacionais. Em que pese também acolher profissionais de instituições civis, o CESP é precipuamente destinado a especializar os Capitães da Polícia Militar e habilitá-los à promoção ao posto de Major. O Curso possui disciplinas relacionadas à temática de Segurança Pública, divididas em módulos fundamental, jurídico, gerencial, profissional e complementar, prevendo ainda a entrega e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ao final do Curso.

Assim, ao longo de duas décadas, o CESP apresentou uma robusta contribuição para a comunidade acadêmica nacional, como se pode depreender do estudo elaborado a partir dos TCCs entregues ao final do processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, este estudo partiu do seguinte questionamento: Como a produção acadêmica do CESP tem fomentado discussões no campo das teorias e práticas em Segurança Pública no Brasil, sobretudo, na

Paraíba? E como essa produção contribui para o processo de formação continuada de policiais militares em respectivas áreas de atuação?

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo geral, apresentar o estado da arte da produção acadêmica do CESP da PMPB, com recorte temporal entre os anos de 2004 a 2024. Como objetivos específicos, buscou descrever sistematicamente os métodos, as abordagens e os procedimentos de pesquisa utilizados para a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso em suas determinadas linhas de pesquisa, além de evidenciar as principais contribuições do arcabouço teórico-metodológico e temático para o processo de formação continuada de policiais militares em respectivas áreas de atuação.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo Estado da Arte, de abordagem quali-quantitativa, realizada com o auxílio de pesquisa documental e análise sistemática dos Trabalhos de Conclusão de Curso, que em sua maioria, foram do tipo artigo científico. O presente estudo também analisou todas as resoluções publicadas ao longo de duas décadas, a partir das Atas de conclusão de cada edição, destacando as normatizações e modificações implementadas.

Nesse sentido, a produção acadêmica do CESP se configura como um vasto objeto de estudo e de inestimável contribuição para pesquisas na área de Segurança Pública no Brasil, especialmente, no que diz respeito à Polícia Militar. Além disso, os resultados desta pesquisa fornecem subsídios para a melhoria do referido Curso e ampliam as discussões sobre políticas de formação continuada na área.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA DE OFICIAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS, LEGAIS E INSTITUCIONAIS

O Curso de Especialização em Segurança Pública oferecido pela Polícia Militar da Paraíba teve sua gênese no antigo Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Há décadas, esta etapa na formação continuada dos Oficiais tem sido uma exigência para ascensão funcional destes profissionais:

A Lei Federal nº 192, de 1936, que só permitia a promoção aos Postos de Major aos portadores do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, foi modificada em 1939, (Decreto-Lei N. 1.623 de 22 de Setembro de 1939) pondo fim a essa exigência. Só em 1967, através do Decreto-Lei nº 317 (de 21 de Setembro de 1967) o CAO voltou a ser exigido. (Lima, 2016).

Assim, a fim de discorrer com mais propriedade sobre o CESP, é necessário compreender sua origem, desde a evolução do CAO até sua constituição como um curso de

pós-graduação. O surgimento do primeiro Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMPB remonta ao ano de 1939. Lima (2016) aponta que até então nunca tinha sido realizado um CAO no estado, quando nesse ano foi realizado o primeiro curso em parceria com o 22º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro, em João Pessoa. Este autor destaca ainda que, nesta primeira edição concluíram o curso 16 Oficiais da PMPB, no entanto, segundo Oliveira (2010) foram 14 Oficiais concluintes. Entretanto, se faz necessário verificar a natureza da formação da época:

Os Currículos do CAO e dos Cursos de Formação de Sargentos e de Cabos eram eminentemente militares, em razão do constante emprego da Corporação em atividades típicas de Exército e da própria filosofia política reinante no período ditatorial de Getúlio Vargas. Os currículos dos cursos estabeleciam que apenas 10% da carga-horária total era destinada à matéria policial. (Lima, 2016).

Oliveira (2010) destaca que o currículo do curso era composto de disciplinas eminentemente militares como Tática de Infantaria e Cavalaria, Topografia e Organização do Terreno, Explosivos, Gases e Defesa Contra Gases, etc. De acordo com França e Silva (2021) essa perspectiva eminentemente militarista continuou predominante até a primeira década dos anos 2000 e, mesmo tendo perdido um pouco de espaço para um modelo mais “pragmático-crítico”, ainda é possível ser identificado nas pesquisas entre 2014 a 2019.

Conforme Lima (2016), a segunda edição do CAO da PMPB foi realizada em 1941, porém, desta vez o curso foi ministrado por Oficiais da própria instituição, mantendo-se o mesmo currículo do anterior. Esta edição formou 16 Oficiais e um Aspirante-a-Oficial da instituição, no entanto, Oliveira (2010) aponta uma divergência no que diz respeito ao número de formandos, considerando a quantidade de 13 Oficiais e um Aspirante-a-Oficial.

Segundo Oliveira (2010), entre os anos de 1939 e 2003, passaram pelo CAO um total de 173 discentes, em sua maioria da PMPB, mas registra-se também, a presença de Policiais Militares de outros estados, além de Policiais Civis da Paraíba e de Policiais Rodoviários Federais.

3 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DE 2004 A 2008

Para entender melhor o funcionamento do Curso e as suas principais características, utilizou-se como fonte documental as publicações do Boletim da Polícia Militar (BOL PM), bem como, os documentos disponibilizados pelo Centro de Pós-graduação e Pesquisa (CEPE), subunidade do Centro de Educação (CE) responsável pelo CESP.

Assim, verificou-se que em 2004 foi publicada a Resolução Nº 0002/2004-DE da Diretoria de Ensino (DE), no BOL PM Nº 0073 de 4 de maio de 2004, que estabeleceu as normas para o funcionamento do CESP na PMPB. Apesar da novidade da Especialização, o novo curso foi criado com equivalência ao CAO, e com a mesma função de capacitar os profissionais para os níveis superiores de gestão:

Art. 1º – O Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), tem equivalência ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) para os decorrentes efeitos legais, e integra o Programa de Pós-graduação do Centro de Ensino da Polícia Militar.

Parágrafo Único – O Curso de Especialização em Segurança Pública tem por objetivo capacitar profissionais do sistema de defesa social para o acesso aos níveis superiores da administração, sobretudo, no tocante ao trabalho de assessoramento para melhor gestão da segurança pública. (Polícia Militar da Paraíba, BOL PM Nº 0073 de 4 de maio de 2004 - página Nº 1334).

A Resolução determinava ainda a duração de seis meses para o CESP, a carga-horária de 600 h/a (seiscentas horas-aula) com a divisão em Módulos (Fundamental, Jurídico, Gerencial, Profissional e Complementar), bem como o desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a realização de Viagem de Estudo. Porém, convém salientar que as edições do Curso que se realizaram sob a égide desta Resolução ocorreram com carga horária de 480h/a, conforme Atas de Conclusão de Curso.

Deste modo, o CESP foi composto pelas seguintes disciplinas: Estado, Polícia e Sociedade; Cidadania e Direitos Humanos; Violência, Cultura e Criminalidade; Ética, Mídia e Segurança Pública; Planejamento Estratégico Situacional; Cultura Jurídica; Estudos de Direito Administrativo; Organização e Cultura; Gestão e Processos Decisórios; Administração e Gestão Pública; Políticas de Segurança Pública; Criminologia Aplicada à Segurança Pública; Geoprocessamento e Análise Criminal; Técnicas Policiais em Situações de Risco Iminente; Metodologia da Pesquisa Científica; e Atividade Física e Desportiva.

No que diz respeito à admissão para a frequência no Curso, a Resolução previa que o Policial Militar paraibano fosse Oficial Intermediário, ou seja, Capitão, graduado no Curso de Formação de Oficiais (CFO) ou equivalente, e que tivesse sido indicado ou aprovado em processo seletivo, bem como julgado apto em Inspeção de Saúde e Exame de Aptidão Física.

A primeira edição do Curso ocorreu no ano de 2004. As atividades pedagógicas se desenvolveram de 10 de maio de 2004 a 16 de fevereiro de 2005, totalizando aproximadamente nove meses. Conforme a Ata nº 004/2004, da Diretoria de Ensino, esta primeira edição do CESP teve 25 alunos matriculados, sendo 18 da PMPB, 4 da Polícia

Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), 1 da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), 1 da Polícia Militar do Tocantins (PMTO) e 1 da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A segunda edição ocorreu em 2005, de 1º de março daquele ano a 6 de janeiro de 2006, conforme se pode extrair da Ata nº 0028/2005 da Diretoria de Ensino, com a participação de 44 discentes: 23 da PMPB, 4 da PMMA, 2 da PRF, 1 da PMTO, 3 da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), 3 da Polícia Militar de Sergipe (PMSE), 2 da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), 2 da Polícia Militar da Bahia (PMBA), 2 do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), 1 da Polícia Militar de Goiás (PMGO) e 1 da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Em 3 de abril de 2006 se iniciou a terceira edição do CESP, estendendo-se até o dia 11 de dezembro do mesmo ano, totalizando cerca de oito meses de aulas. A partir da análise das Atas nº 0027/2006 e 0005/2007, da Diretoria de Ensino, constatou-se que participaram desta edição 38 alunos: 18 representantes da PMPB, 3 da PMDF, 3 da PMMA, 3 da PMSE, 2 da PMAM, 2 da PMTO, 1 do CBMRN, 3 da Polícia Militar do Acre (PMAC), 2 da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) e 1 do Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe (CBMSE).

O CESP 2007, a quarta edição, teve início no dia 5 de março e término no dia 5 de dezembro daquele ano, completando nove meses de atividades pedagógicas, conforme informações da Ata nº 0016/2007, da Diretoria de Ensino. Esta edição teve a participação de 51 profissionais de onze instituições: 24 da PMPB, 4 da PMDF, 3 da PMAC, 2 da PMAM, 2 da PMMA, 2 do CBMSE, 2 da PRF, 6 do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), 2 da Polícia Militar do Amapá (PMAP), 2 da Polícia Civil da Paraíba (PCPB) e 2 da Polícia Federal (PF).

Consultando-se as Atas 0029/2008 e 0003/2009, da Diretoria de Ensino, verificou-se que a quinta edição do CESP aconteceu de 3 de março de 2008 a 16 de dezembro do mesmo ano, perfazendo pouco mais de nove meses de atividades pedagógicas. Dos 36 alunos que participaram do curso havia 9 integrantes da PMPB, 5 da PMAM, 5 da PMMA, 4 da PMAC, 3 da PMTO, 2 da PMRN, 2 da PMAP, 2 da PRF, 1 da PCPB, 2 do Corpo de Bombeiros Militar do Acre (CBMAC) e 1 da Polícia Civil do Amazonas (PCAM).

No dia 26 de novembro de 2008, enquanto ainda aconteciam as atividades pedagógicas do CESP/2008 foi publicada a Resolução Nº 0010/2008-DE, em BOL PM Nº 216/2008, estabelecendo novas normas para o funcionamento do Curso e revogando disposições em contrário. A nova Resolução trouxe como suas principais inovações: o aumento da duração do Curso de seis meses, para dez meses; a diminuição formal da carga

horária de 600 horas-aula, para 480 horas-aula; e a exigência de apresentação de currículo e pré-projeto de pesquisa no ato de inscrição. No que diz respeito aos componentes curriculares ministrados, continuaram presentes os mesmos da Resolução anterior, com exceção de Técnicas Policiais em Situações de Risco Iminente.

4 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DE 2009 A 2024

Em 2009 foi publicada outra normativa modificando o funcionamento do CESP: a Resolução Nº 0003/2009-CEPM, no Boletim Interno do Centro de Educação (BICE) Nº 0020, de 17 de março de 2009. Esta Resolução, entre outras mudanças que não são objeto do presente estudo, passou a não mais prever a exigência de apresentação de currículo e pré-projeto de pesquisa no ato de inscrição.

Assim, a partir de 10 de março de 2009 iniciou-se a sexta edição do Curso, com término em 18 de dezembro de 2009, com atividades pedagógicas durando aproximadamente nove meses. Conforme Ata 0022/2009, do Centro de Educação, foram matriculados nesta edição, 54 alunos: 13 integrantes da PMPB, 7 da PMMA, 6 da PMDF, 6 da PMAM, 5 da PMTO, 4 da PMAP, 2 da PMERJ, 1 da PMAC, 1 do CBMAC, 1 da PRF, 4 do Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba (CBMPB) e 4 da Polícia Militar de Roraima (PMRR).

No ano de 2010 ocorreram duas edições do CESP. A edição 2010.1, conforme Ata 024/2010-CESP, foi realizada de 15 de março a 2 de dezembro daquele ano. O Curso teve 34 profissionais de Segurança Pública participantes: 18 da PMPB, 2 da PMAM, 2 da PMMA, 2 da PMAC, 2 da PMERJ, 2 da PMAP, 2 do CBMPB, 1 da PMTO, 1 da PMRN, 1 da PRF e 1 da PF.

A edição 2010.2 teve início em 23 de agosto daquele ano e término em 31 de maio de 2011. Conforme Ata 0011/2011-CETP o curso teve um aumento significativo na carga horária, durando 570 horas-aula, e teve 31 alunos matriculados. Destes, verifica-se na citada Ata profissionais das seguintes instituições: 25 da PMPB, 2 da PMRN, 2 da PMPR, 1 da PMTO e 1 da PRF.

Em 2011, novamente há registro de duas edições do CESP, a primeira, conforme Ata 0024/2011-CETP, realizou-se de 15 de março a 7 de dezembro daquele ano, perfazendo quase nove meses de atividades pedagógicas e 522 horas-aula. Participaram do Curso 39 policiais: 23 da PMPB, 9 da PMAM, 3 da PMAC, 2 da PMMA, 1 da PRF e 1 da PF.

Ainda no mesmo ano, conforme a Ata 0030/2012-CETP, verifica-se que a edição 2011.2 ocorreu de 16 de outubro de 2011 a 6 de julho de 2012, totalizando quase nove meses

de atividades pedagógicas, com 528 horas-aula ministradas. Dos 40 discentes participantes, 37 eram da PMPB, 2 da PMRN e 1 da PCPB.

Em 2012, a 11ª edição do Curso ocorreu de 3 de abril daquele ano a 5 de novembro do mesmo ano, conforme Ata 0044/2012-CETP, totalizando sete meses de atividades, com carga horária de 528 horas-aula. Esta edição contou com 40 alunos: 23 da PMPB, 5 da PMAM, 4 da PMDF, 3 da PMSE, 2 da PMRN, 2 da PMRR e 1 da PMAC.

Em 2013 não houve edição do CESP, apenas em 2014 foi realizada a 12ª edição, entre os dias 22 de abril e 18 de dezembro desse ano, completando cerca de oito meses de duração. Conforme Ata 0040/2014-CETP, esta edição teve a carga horária de 430 horas-aula, registrando assim, o menor período até então praticado. Ainda conforme a referida Ata, 40 alunos participaram do curso: 25 da PMPB, 7 da PMAC, 2 do CBMPB, 2 da PMDF, 2 da PF, 1 da PRF e 1 da Guarda Civil Metropolitana de João Pessoa (GCM/João Pessoa).

Após mais um ano sem realização de CESP, ocorreu a edição 2016, no período de 11 de abril a 22 de novembro, com pouco mais de sete meses de duração. Conforme descrito na Ata 001/2016-CEPE, as atividades pedagógicas novamente foram realizadas ao longo de 430 horas-aula e integraram o curso 31 alunos: 23 da PMPB, 5 do CBMPB, 2 da PMSE e 1 da PMAC.

Em 2018, foi realizada a 14ª edição do CESP, com atividades desenvolvidas entre os dias 7 de maio e 12 de novembro. De acordo com a Ata 001/2018-CEPE, nesta edição foram ministradas um total de 430 horas-aula para 32 alunos matriculados, sendo 21 membros da PMPB, 2 da PMMA, 2 do CBMPB, 1 da PMRN, 1 da GCM/João Pessoa, 3 da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e 2 do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR).

A edição de 2019 foi realizada entre os dias 16 de setembro daquele ano e 16 de junho de 2020, perfazendo um total de nove meses de atividades pedagógicas. Conforme a Ata 001/2020-CEPE, foram ministradas 430 horas-aula e o curso contou com a participação de 25 discentes: 22 da PMPB, 2 do CBMPB e 1 da PMPR.

As edições seguintes ocorreram no ano de 2022. A edição 2022.1 foi realizada de 18 de janeiro a 18 de outubro e as atividades pedagógicas se estenderam por 430 horas-aula, conforme Ata 001/2022-CEPE. O Curso teve 25 discentes participantes, sendo 22 da PMPB e 3 da PMPR.

Na edição 2022.2, conforme Ata 001/2023-CEPE, o curso aconteceu de 5 de julho a 22 de dezembro daquele mesmo ano e foram ministradas 450 horas-aula. Participaram 45 alunos, todos da PMPB.

A 18ª edição do CESP ocorreu em 2023, no período de 11 de abril a 31 de agosto, totalizando pouco mais de quatro meses de atividades pedagógicas e 450 horas-aula, conforme a Ata 001/2023-CEPE³, com a participação de 29 discentes, todos da PMPB.

Em 2024, conforme Portaria nº 0012/2024-CEPE, de 23 de setembro de 2024, publicada em BOL PM Nº 182/2024, teve início a 19ª edição do CESP no dia 12 de setembro, contando com 50 alunos, sendo 49 Capitães da PMPB e 1 Capitão da PMPE. Em pouco mais de seis meses de atividades pedagógicas, foram ministradas 17 disciplinas ao longo de 450 horas-aula: Atividade Física; Avaliação das Políticas de Segurança Pública no Brasil; Comunicação Social e Marketing Institucional; Criminologia; Direito Administrativo Aplicado às Organizações Militares; Direito Penal e Processual Militar; Direitos Humanos; Estudos de Direito Constitucional e Legislações Especiais; Geoprocessamento e Análise Criminal; Gestão de Projetos; Gestão do Conhecimento; Gestão Orçamentária e Financeira; Gestão Pública por Resultados; Inteligência de Gestão em Segurança Pública; Metodologia Aplicada à Pesquisa de Segurança Pública; Metodologia da Pesquisa Científica; e Planejamento Estratégico Aplicado à Segurança Pública.

No entanto, esta edição ainda se encontra em andamento, com encerramento previsto para o mês de maio, conseqüentemente, os respectivos Trabalhos de Conclusão de Curso não foram considerados no presente estado da arte.

5 O ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Com o objetivo de apresentar o estado da arte da produção acadêmica do CESP da PMPB, com recorte temporal entre os anos de 2004 a 2024, nesta etapa do trabalho descrevemos sistematicamente os métodos, as abordagens e os procedimentos de pesquisa utilizados para a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso em suas determinadas linhas de pesquisa e evidenciamos as principais contribuições do arcabouço teórico-metodológico e temático para o processo de formação continuada de policiais militares em respectivas áreas de atuação.

³ As atas das edições 2022.2 e 2023 apresentam a mesma numeração: 001/2023-CEPE.

5.1 Linhas de pesquisa

Quanto às linhas de pesquisa que direcionam os temas estudados nos Trabalhos de Conclusão de Curso dos cursos de graduação e pós-graduação da PMPB, durante o período estudado no presente trabalho, foi identificada junto ao CEPE a existência de três resoluções do Conselho Educacional do CE tratando sobre esta matéria: a Resolução Nº 0014/2010 - CEDU, a Resolução Nº 0002/2014 - CEDU e a Resolução Nº 0001/2017 – CEDU.

Ao realizar análise sistemática destas três normativas, verificou-se que elas apresentavam quase em sua totalidade o mesmo conteúdo. Inicialmente, a Resolução Nº 0014/2010 - CEDU instituiu oito linhas de pesquisa: I - Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública; II - Violência, Crime e Controle Social; III - Cultura e Conhecimentos Jurídicos; IV - Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; V - Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; VI - Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública; VII - Cotidiano e Prática Policial Reflexiva; VIII - Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Esta normativa continha um parágrafo explicativo sobre cada linha de pesquisa, detalhando o que se busca discutir em cada uma delas. Também eram apresentados temas abrangidos pelas linhas e que poderiam ser objeto de desenvolvimento de trabalhos.

Na sequência foi publicada a Resolução Nº 0002/2014 - CEDU, com estrutura semelhante à sua antecessora. Foram percebidas pequenas mudanças nas nomenclaturas em relação à Resolução de 2010. Por exemplo, a linha de pesquisa “Cultura e Conhecimentos Jurídicos” passou a chamar-se “Direitos Humanos, Cultura e Conhecimentos Jurídicos” e a linha de pesquisa “Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador” passou a chamar-se “Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador em Segurança Pública”.

No que diz respeito a conteúdo, a Resolução de 2014 trouxe novos temas, por exemplo: “Educação e Direitos Humanos” e “Direitos Humanos e Diversidade” dentro da linha de pesquisa “Direitos Humanos, Cultura e Conhecimentos Jurídicos”; e “Gestão Educacional na Segurança Pública” em “Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador em Segurança Pública”.

Um ponto interessante a ressaltar nesta linha de pesquisa a respeito da saúde dos profissionais é a mudança no tema IV que antes previa “Conceito de saúde para o profissional em Segurança Pública”, passando a apresentar “Saúde física e mental do profissional de Segurança Pública”, mostrando assim um maior detalhamento do que seja saúde e chamando

a atenção para a saúde mental, extremamente relevante nos tempos atuais, especialmente na seara das profissões relacionadas à Segurança Pública.

Em seguida, a Resolução Nº 0001/2017 - CEDU, publicada em BOL PM Nº 0109/2017, a normativa mais recente sobre o tema e atualmente vigente, apresentou novamente mudanças pontuais no texto. Pode ser citada como exemplo a linha de pesquisa “Direitos Humanos, Cultura e Conhecimentos Jurídicos” passou a chamar-se apenas “Conhecimentos Jurídicos”, e a linha “Cotidiano e Prática Policial Reflexiva” foi modificada para “Cultura, Cotidiano e Prática Policial Reflexiva”.

Nesta última Resolução, a única mudança de conteúdo foi no tema I da primeira linha de pesquisa, que antes era “Conceitos e diferentes paradigmas de Segurança Pública” e passou a ser “Características e formação do Estado e da sociedade brasileira”.

A partir da análise sistemática do conteúdo das oito linhas de pesquisa discorreremos a seguir sobre suas principais abordagens.

A primeira linha, “Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública”, analisa a estrutura organizacional e a dinâmica das instituições de segurança, bem como a formulação e implementação de políticas públicas. Dentro dela estão previstos temas como história das instituições, gestão e controle interno, poder de polícia, e até mesmo funções, atribuições e modelos de polícia.

Na segunda, “Violência, Crime e Controle Social”, são discutidos os fenômenos da violência e do crime, abordando temas como criminologia, corrupção policial, crime organizado e violência contra grupos vulneráveis. A terceira linha de pesquisa, “Conhecimentos Jurídicos”, propõe uma reflexão crítica sobre o Direito e especialmente os Direitos Humanos, incluindo temas como Direito Constitucional, Penal e Administrativo.

A quarta, “Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos”, trata de técnicas para mediação, negociação e uso da força em situações de conflito. São previstos temas como prevenção de conflitos, tomada de decisão e ética no uso da força.

A quinta linha de pesquisa, “Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador em Segurança Pública”, enfatiza a importância das condições de trabalho, saúde mental e valorização profissional dos agentes de segurança. Já a sexta, “Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública”, explora os processos comunicacionais e as novas tecnologias aplicadas ao setor, como geoprocessamento e sistemas de telecomunicação. Além disso, esta linha de pesquisa abrange os estudos de estatística e análise criminal, bem como a seara das atividades de inteligência de Segurança Pública.

A sétima linha, “Cultura, Cotidiano e Prática Policial Reflexiva”, estuda questões éticas e morais na atividade policial, passando por valores e costumes e destacando a necessidade de conduta ética e legal e o papel do profissional de Segurança Pública. Por fim, a oitava linha, “Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública”, foca nos aspectos técnicos e operacionais da profissão, como, por exemplo, policiamento ostensivo, policiamento comunitário, técnicas de abordagem e análise criminológica.

5.2 Produção acadêmica

Ao realizar uma análise da produção acadêmica do CESP, convém notar que trabalho semelhante já foi realizado por França e Silva (2021). Estes autores analisaram a produção acadêmica do CAO/CESP, entre os anos de 1994 e 2019, a partir de alguns TCCs desse período. O trabalho apresentou contribuição relevante ao constatar a mudança de uma perspectiva exclusivamente “jurídico-operativo-militarista” para um modelo híbrido que conserva muito da perspectiva anterior, mas traz para o debate uma nova abordagem, mais crítica que a anteriormente dominante. Essa característica da produção acadêmica de pós-graduação na PMPB foi chamada por França e Silva (2021) de “modelo híbrido”.

Nesta mesma direção, esta pesquisa propôs-se a ampliar e aprofundar o debate sobre as produções acadêmicas do CESP, considerando sua tão relevante importância, pois já se consagra como um espaço de referência científica para as discussões sobre Segurança Pública no Brasil. Deste modo, este estado da arte abrangeu a totalidade dos Trabalhos de Conclusão de Curso do CESP. Para tanto, foram selecionados os TCCs, as monografias e os artigos científicos entregues pelos discentes. Os trabalhos foram encontrados em duas formas distintas de apresentação. Na biblioteca do Centro de Educação, estavam os trabalhos físicos e na Coordenação do CEPE, estavam os trabalhos mais recentes, em arquivos digitais. O período pesquisado foi de 2004 a 2024, ou seja, abrangeu todas as edições do CESP até então concluídas.

Foram localizados 342 (trezentos e quarenta e dois) trabalhos, elaborados tanto individualmente quanto em dupla. Destes, 208 (duzentos e oito) foram identificados em exemplares impressos e 135 (cento e trinta e cinco) estavam em arquivo digital. Para fins de coleta de dados eles foram catalogados em planilha com as seguintes informações: ano de realização, título, autor, instituição do autor, linha de pesquisa e características da metodologia.

5.3 Análise sistemática da produção acadêmica

De acordo com a análise sistemática da produção acadêmica, os estudos apresentaram uma grande variedade de teorias e métodos de pesquisa, sobretudo quanto à utilização dos resultados, quanto à natureza do método, quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto à utilização dos resultados, pesquisa pura ou básica, que se dedica ao conhecimento científico em si; e pesquisa aplicada, que se refere à aplicabilidade do conhecimento (Lakatos e Marconi, 2003).

Quanto à natureza do método, as pesquisas foram classificadas em: qualitativa, que abarca a subjetividade e complexidade de fenômenos, comportamentos humanos e contextos sociais; Quantitativa, que baseia-se em dados, indicadores e variáveis; e Quali-quantitativa, que utilizam ambos os métodos, a fim de realizar análises mais diversas e completas (Minayo e Sanches, 1993).

Quanto aos fins ou objetivos, foram identificados quatro tipos de pesquisa: descritiva, exploratória, explicativa e intervencionista. A pesquisa descritiva tem como principal função descrever características de fenômenos ou populações, ou ainda estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa exploratória envolve temas pouco conhecidos, geralmente sendo uma pesquisa inicial que possibilite estudos posteriores mais sistematizados (Gil, 2008).

As pesquisas explicativas que possuem como preocupação central a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, “explica a razão, o porquê das coisas.” (Gil, 2008, p. 28). E, as pesquisas intervencionistas, que têm o objetivo de juntar teoria e prática, estudar o objeto na prática e identificar razões de como e porquê determinadas técnicas são utilizadas, ou seja, pesquisas com o propósito de “gerar contribuições teóricas relevantes” (Westin; Roberts *apud* Oyadomari *et al.* 2012, p. 64).

Quanto aos meios, as pesquisas foram classificadas conforme as diversas formas de coleta e análise de dados: pesquisa bibliográfica, documental, fenomenológica, autobiográfica, autoetnográfica, de levantamento, estudo de campo, *ex post facto*, pesquisa-ação e estudo de caso.

Conforme Gil (2008), pesquisa bibliográfica caracteriza-se como aquela desenvolvida exclusivamente a partir de outros trabalhos escritos, em sua maioria livros e artigos científicos; por outro lado, a pesquisa documental, apesar de parecer-se muito com a anterior, é desenvolvida com o uso de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, a partir de fontes primárias.

Ainda conforme Gil (2008), a pesquisa fenomenológica procura entender os significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências, ou seja, o pesquisador interpreta o mundo tal como ele é vivido pelas pessoas, considerando o que está presente na consciência dos sujeitos. Assim, não se parte da ideia de uma realidade única, mas sim de múltiplas realidades construídas pelas interpretações e percepções dos participantes.

A pesquisa autobiográfica pode ser entendida como a investigação feita a partir de histórias de vida de pessoas e seus sentimentos, percepções e interações com o seu próprio contexto social (Santos; Estevam; Martins, 2018). Por sua vez, com elementos da autobiografia e da etnografia, há o método autoetnográfico, que destaca a narrativa e as experiências pessoais relacionando-as com o meio em que o pesquisador está inserido (Santos, 2017).

As pesquisas do tipo levantamento caracterizam-se por obter informações diretamente de um grupo de pessoas, cujos comportamentos se deseja compreender, bem como pela análise quantitativa dos dados coletados (Gil, 2008). Já a pesquisa de campo tem como finalidade coletar informações e conhecimentos sobre um problema ou hipótese, com o objetivo de encontrar respostas, comprovar suposições ou até descobrir novos fenômenos e suas inter-relações (Lakatos; Marconi, 2003). Uma diferença marcante entre o estudo de levantamento e o estudo de campo é que o primeiro, por natureza, se baseia na interrogação das pessoas, já o segundo se caracteriza muito mais pela observação de um grupo (Gil, 2008).

A pesquisa *ex post facto* pode ser definida como uma investigação na qual o pesquisador não tem controle sobre as variáveis, seja porque suas manifestações já aconteceram ou porque elas são em si não manipuláveis (Gil, 2008). Por sua vez, a pesquisa é caracterizada como uma forma de investigação social de base empírica, desenvolvida em conjunto com uma ação prática voltada para a resolução de um problema coletivo, na qual pesquisadores e participantes da situação estudada atuam de maneira cooperativa e participativa (Thiollent, 2011).

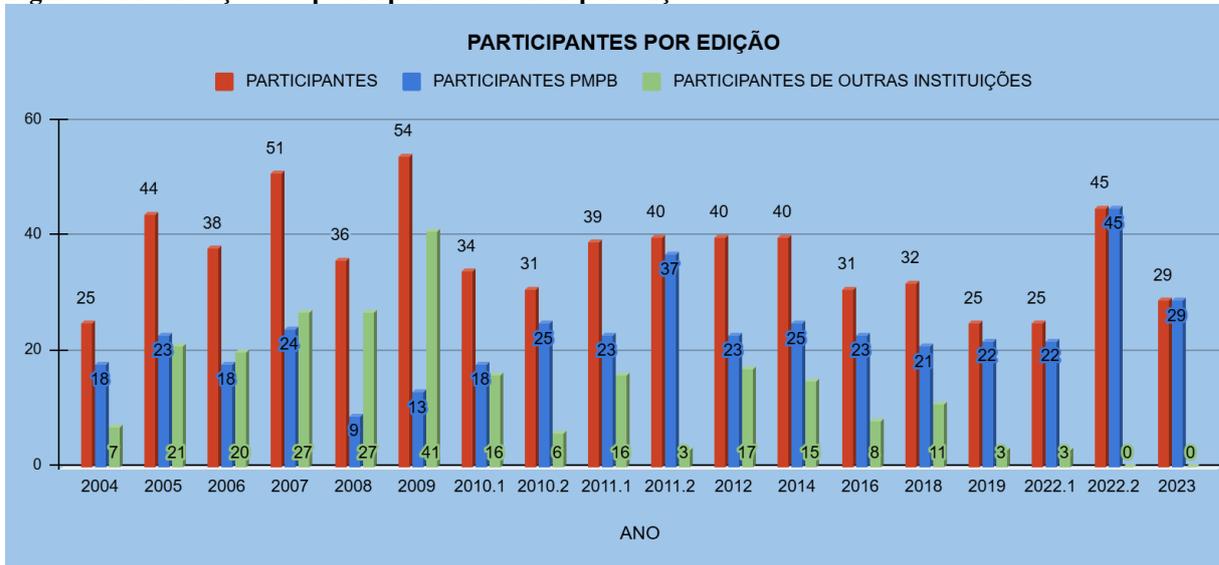
Por fim, o estudo de caso proporciona uma análise profunda e detalhada de um ou poucos objetos, permitindo uma compreensão abrangente que dificilmente seria alcançada por outros tipos de delineamento (Gil, 2008).

5.4 Caracterização dos Trabalhos de Conclusão de Curso

Foram identificados 659 (seiscentos e cinquenta e nove) participantes do CESP, conforme análise das Atas de Conclusão de Curso. Deste total, 418 (quatrocentos e dezoito)

eram Capitães da PMPB e 241 (duzentos e quarenta e um) profissionais de outras instituições, conforme detalhamento abaixo:

Figura 1: Distribuição dos participantes do CESP por edição.



Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos trabalhos acadêmicos produzidos, foram identificados 342 (trezentos e quarenta e dois) trabalhos, como já informado. Verificando-se a produção dos trabalhos ao longo dos anos, fica evidente a seguinte disposição:

Figura 2: Distribuição dos Trabalhos de Conclusão de Curso por ano.



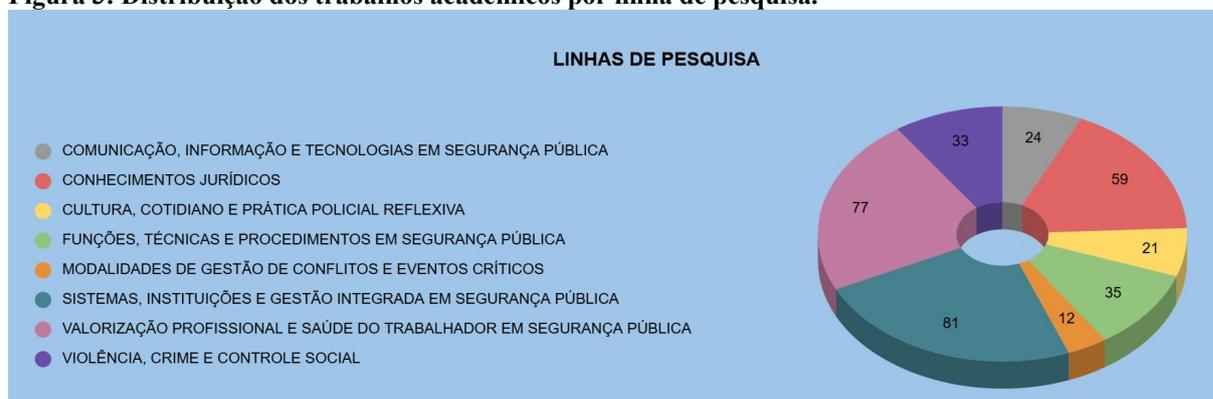
Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstra o gráfico, o ano de 2022 apresentou o maior volume de TCCs, seguido de perto pelos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018. Esses períodos coincidem com edições em que o CESP contou com um número elevado de discentes, além do fato de ter havido duas edições no ano de 2022.

O gráfico demonstrou uma tendência de crescimento na produção acadêmica, com variações que podem ser associadas a fatores como o tamanho das turmas e realização de trabalhos em dupla. Assim, ficou evidente a consolidação do CESP como espaço de contribuição científica na seara da Segurança Pública.

Em seguida, os trabalhos foram catalogados quanto às linhas de pesquisa, apresentando a seguinte distribuição:

Figura 3: Distribuição dos trabalhos acadêmicos por linha de pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

Neste ponto, faz-se necessário salientar que nem todos os trabalhos citavam linha de pesquisa em seu texto, de forma que alguns precisaram ser classificados por estes autores no momento da análise dos dados coletados. Assim foi possível classificar todos os trabalhos, conforme linhas de pesquisa previstas na Resolução N° 0001/2017 - CEDU.

A análise temática destes trabalhos revelou uma concentração significativa dos estudos em duas linhas principais: “Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública”, que abarcou quase um terço dos trabalhos, e “Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador em Segurança Pública”, com pouco mais de um quinto da produção.

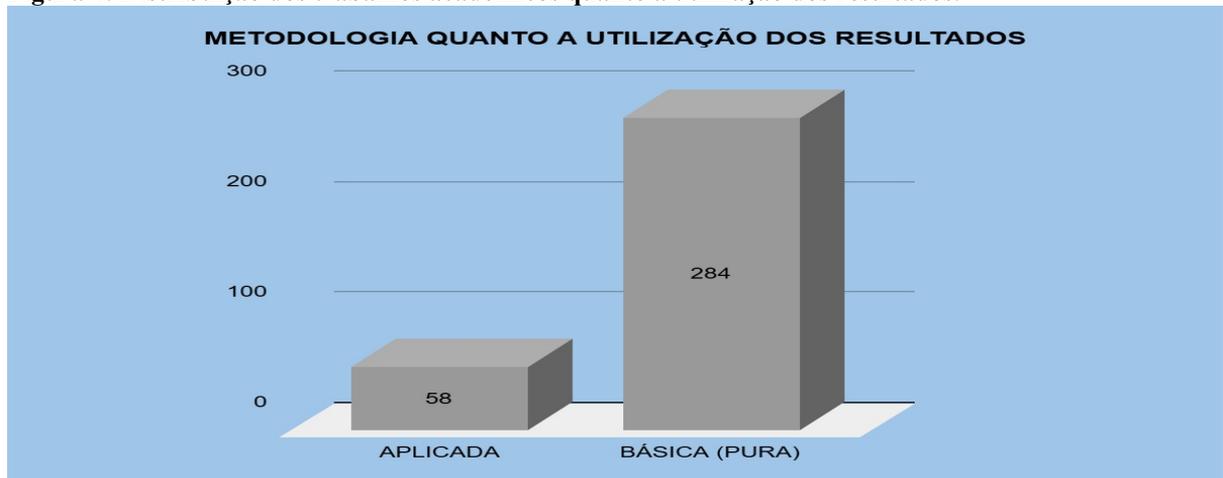
Essa predominância da primeira linha de pesquisa pode ser explicada pelo contexto institucional das instituições de Segurança Pública, em que os desafios de gestão e valorização profissional são recorrentes e demandam soluções baseadas em evidências. Quanto à segunda linha, a valorização da saúde física e mental dos operadores da Segurança

Pública tem ganhado importância ao longo dos anos, especialmente em um cenário de sobrecarga funcional e de melhor percepção de riscos enfrentados por esses profissionais.

Outras linhas, como “Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública”, “Conhecimentos Jurídicos” e “Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos”, apareceram em proporções menores. Por fim, as linhas “Cultura, Cotidiano e Prática Policial Reflexiva” e “Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública” foram as menos exploradas, sugerindo potencial para maior investigação futura, especialmente diante da crescente digitalização dos processos de Segurança Pública.

Os trabalhos também foram classificados quanto à utilização dos resultados, entre pesquisa básica ou aplicada, com grande prevalência de pesquisas básicas:

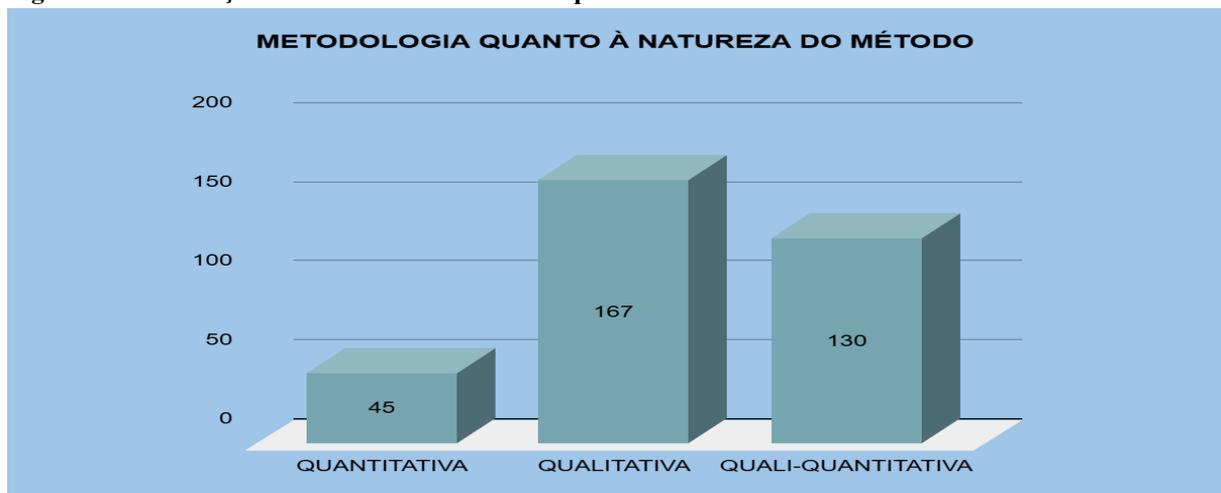
Figura 4: Distribuição dos trabalhos acadêmicos quanto à utilização dos resultados.



Fonte: Elaboração própria.

Quanto à natureza do método as pesquisas foram classificadas entre quantitativa, qualitativa e quali-quantitativa, com maior incidência de pesquisas qualitativas, seguidas pelas quali-quantitativas:

Figura 5: Distribuição dos trabalhos acadêmicos quanto à natureza do método.



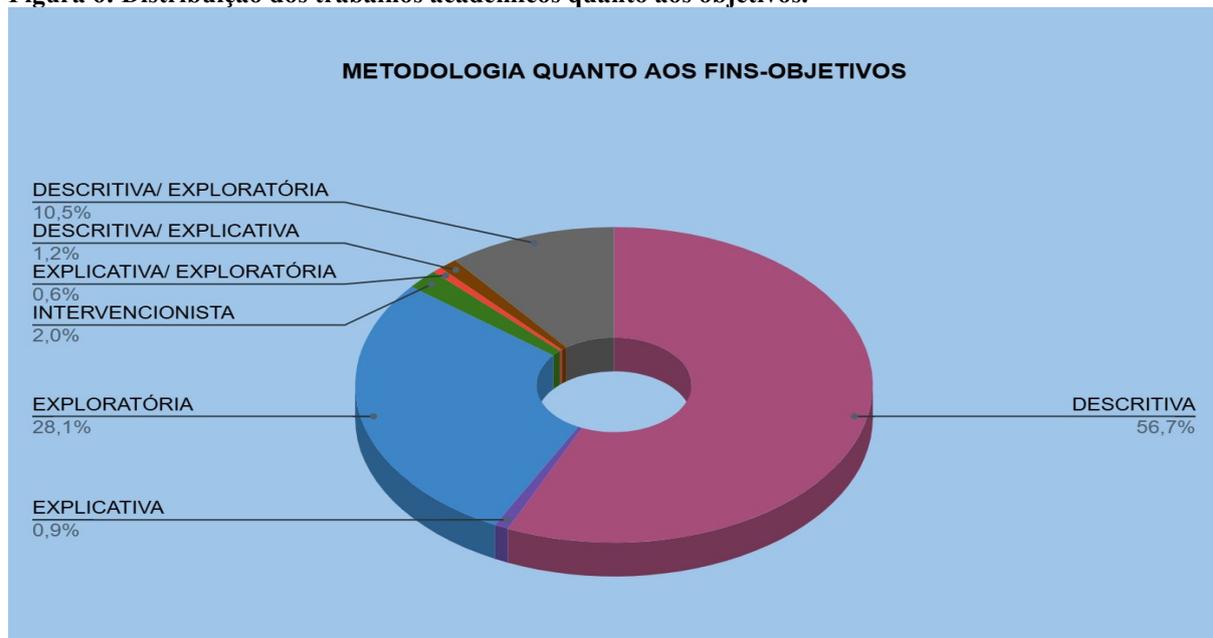
Fonte: Elaboração própria.

A abordagem quali-quantitativa mostrou-se predominante, com aproximadamente 44% da produção. Esse tipo de metodologia, por combinar técnicas qualitativas e quantitativas, permite uma análise mais completa e adaptada às especificidades dos contextos de Segurança Pública. A metodologia qualitativa apareceu em seguida, com cerca de 37%, indicando a valorização de abordagens interpretativas. Esse padrão é coerente com a complexidade dos temas estudados, que frequentemente envolvem fatores sociais e institucionais.

Por sua vez, a metodologia quantitativa, presente em 20% dos trabalhos, foi a que teve menor representatividade. Isso pode estar relacionado a desafios como o acesso a bancos de dados ou limitações estatísticas. Nesse contexto, constatou-se uma diversidade metodológica que demonstra o amadurecimento acadêmico no curso, com a presença de diferentes abordagens conforme o tema investigado.

Quanto aos objetivos das pesquisas, foi verificada uma prevalência de pesquisas descritivas, seguidas pelas exploratórias:

Figura 6: Distribuição dos trabalhos acadêmicos quanto aos objetivos.



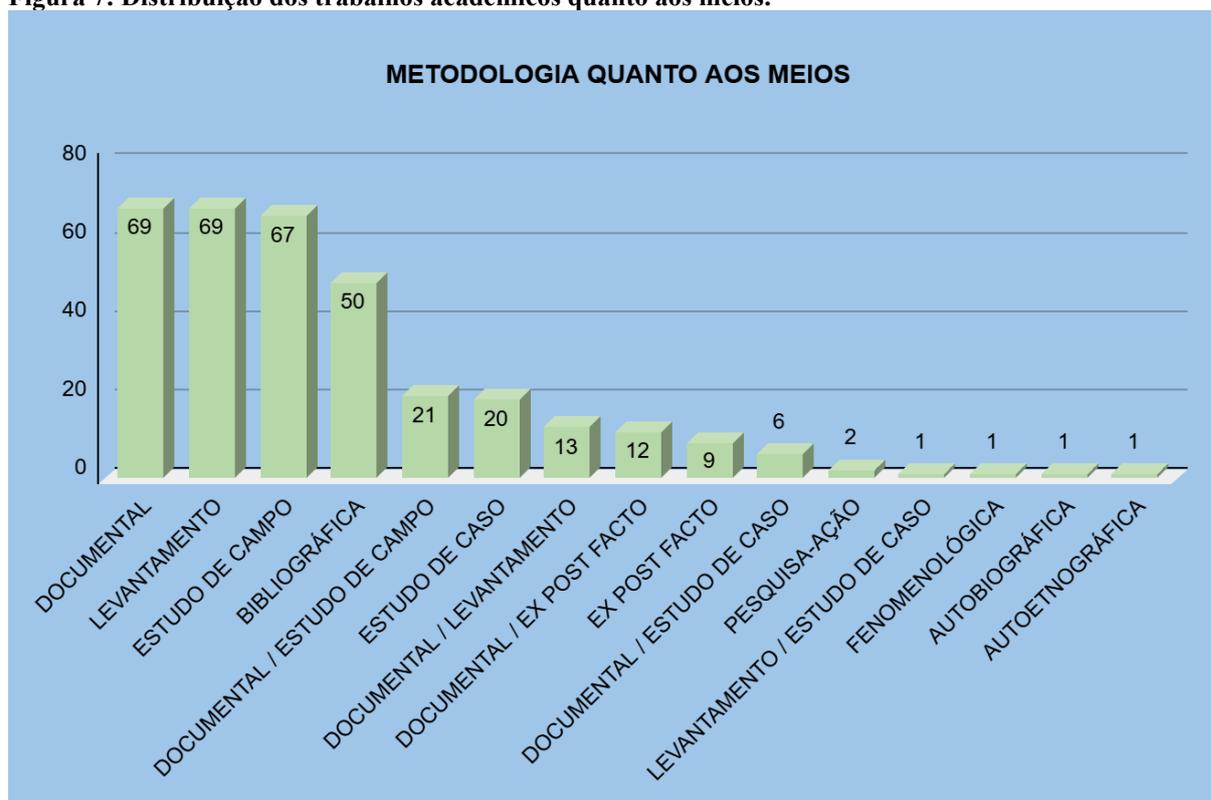
Fonte: Elaboração própria.

Os TCCs com abordagem descritiva, representando mais da metade da produção, evidenciam a busca por apresentar, de forma sistematizada, características ou fenômenos da realidade institucional, o que se mostra compatível com a proposta do curso. Em seguida, as pesquisas exploratórias, responsáveis por quase 30% dos trabalhos, demonstram o interesse dos discentes em temas ainda pouco estudados. Essa postura investigativa é fundamental para abrir novos caminhos à produção científica na área de Segurança Pública.

Em terceiro lugar, com aproximadamente 10% de representação, estão as pesquisas que mesclaram as metodologias descritiva e exploratória, que já se destacaram na preferência dos pesquisadores. Assim, pesquisas que apresentam abordagem descritiva e/ou exploratória compõem mais de 95% do total de pesquisas, de forma que as demais abordagens apresentaram pouquíssima utilização.

No que diz respeito aos meios utilizados para a realização das pesquisas, foi verificada uma grande variedade na escolha destes:

Figura 7: Distribuição dos trabalhos acadêmicos quanto aos meios.



Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso do CESP foi possível perceber uma significativa variedade que pode representar a diversidade dos desafios enfrentados pelas instituições de Segurança Pública. No entanto, foram identificados alguns eixos recorrentes na produção acadêmica do curso.

Entre os temas mais abordados, destaca-se a gestão das corporações, com foco no planejamento estratégico, estrutura organizacional, sistemas integrados de segurança e procedimentos operacionais. Geralmente são trabalhos associados à linha de pesquisa “Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública” que representam uma preocupação com a eficiência institucional e a melhoria da gestão pública.

Outro eixo central foi a valorização e saúde do profissional de Segurança Pública, com destaque para o estresse ocupacional, motivação, condições de trabalho, preparo físico e saúde mental dos policiais. Esses estudos apontam para a sensibilização e bem-estar dos operadores de Segurança Pública.

Temas como violência urbana, policiamento ostensivo e prevenção à criminalidade também apareceram com destaque. Vários desses trabalhos trataram sobre análise de indicadores de criminalidade. Outros temas de relevância incluíram: modalidades de

policciamento, como policiamento montado, de trânsito e ambiental, por exemplo; direitos humanos e justiça militar; violência doméstica e familiar; a preparação dos policiais para a fase de inatividade; e a vitimização policial.

Contudo, existem campos temáticos ainda pouco explorados, em que pese abordagens quanto ao uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial e sua relação com a Segurança Pública, crimes cibernéticos e proteção de dados, ética digital na atividade policial, videomonitoramento e tecnologias da informação, dentre outros.

Embora tenha sido perceptível a diversidade de temas estudados, notou-se uma concentração em áreas práticas, sobretudo, operacionais, com menor presença de abordagens teóricas mais aprofundadas, por exemplo. Porém, a identificação de possíveis lacunas não diminui a relevância do que já foi realizado no CESP, mas sinaliza caminhos promissores para futuras investigações. Além disso, estimular a produção de pesquisas em temas escassos contribui para a ampliação do debate no campo acadêmico e qualifica ainda mais a atuação policial diante das demandas e transformações sociais e tecnológicas da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou, de forma sistemática, a produção acadêmica do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP) da Polícia Militar da Paraíba, entre os anos de 2004 a 2024, evidenciando sua robusta contribuição para o debate acadêmico e institucional acerca das políticas de Segurança Pública no Brasil, sobretudo no contexto paraibano.

A partir da sistematização dos dados foi possível constatar uma vasta e consistente produção acadêmica. Assim, o estado da arte demonstrou que o CESP representa uma importante ferramenta de qualificação profissional e de geração de conhecimento aplicado à realidade da Segurança Pública no Brasil. Ao total, foram identificados e analisados 342 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos no âmbito desta especialização.

Os resultados demonstram um crescimento consistente na produção acadêmica ao longo dos anos, com destaque para os anos de 2012, 2014, 2016, 2018 e 2022 como os mais produtivos em número de TCCs. O estudo também revela uma predominância de pesquisas descritivas (mais de 50%) e exploratórias (cerca de 30%), o que evidencia uma busca constante em articular a formação continuada com os problemas enfrentados no cotidiano da Segurança Pública, buscando através da pesquisa, encontrar soluções para estes.

A análise revelou predominância das abordagens qualitativas e quali-quantitativas, representando juntas mais de 80% da produção. Isso indica uma tendência acadêmica dos

pesquisadores, que optam por metodologias compatíveis com a complexidade qualitativa dos fenômenos sociais e institucionais abordados. Em relação aos procedimentos metodológicos, as pesquisas documentais, estudos de campo e levantamentos foram os mais frequentes, demonstrando uma clara articulação entre teoria e prática. Essa diversidade metodológica permitiu aos TCCs a realização de diagnósticos precisos e propostas fundamentadas de intervenção na realidade da Segurança Pública.

As linhas de pesquisa “Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública” (com quase um terço dos TCCs) e “Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador em Segurança Pública” (com cerca de 21%) concentraram a maior parte da produção, sinalizando que o curso contribuiu de forma significativa para aprimorar competências gerenciais, operacionais e humanas dos policiais.

Os dados apontam ainda que os temas mais recorrentes, como gestão estratégica, estrutura organizacional, valorização profissional e policiamento ostensivo, estão diretamente relacionados às funções desempenhadas pelos profissionais discentes. A constatação de lacunas em temas emergentes, como Inteligência Artificial e Cibersegurança, por exemplo, pode apontar para áreas promissoras em futuras formações e pesquisas.

Neste diapasão, o CESP configura-se como um relevante espaço de formação científica e continuada para a Polícia Militar da Paraíba, cumprindo com êxito sua função de qualificar profissionalmente e de estimular a reflexão crítica sobre as políticas públicas de segurança. Ao destacar a produção acadêmica de um curso de especialização com duas décadas de história, fica comprovada a contribuição prática e estratégica da formação continuada para a qualificação teórica e prática dos agentes de Segurança Pública no Brasil, especialmente, quando ela contribui efetivamente para a resolução dos problemas e desafios postos no exercício da sua profissão.

Portanto, os resultados apresentados nesta pesquisa fortaleceram o reconhecimento institucional do Curso e ofereceram subsídios valiosos para seu aprimoramento. Além disso, evidenciam a necessidade urgente de investimentos consistentes em políticas públicas educacionais voltadas à Segurança Pública, capazes de garantir não apenas a continuidade, mas, também a expansão e a inovação dos processos formativos. O CESP assim, se consolida como um vetor estratégico de produção científica que colabora efetivamente para a formação, qualificação e, conseqüentemente, atuação eficiente dos agentes de Segurança Pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

- FRANÇA, F. G.; SILVA, J. R. S. Da ciência à gestão: a produção acadêmica de pós-graduação como modelo híbrido na Polícia Militar da Paraíba. **Revista FLAMMAE**, Recife, PE, v. 7, n. 20, p. 167-186, Edição Especial, 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIMA, João Batista de. Formação Profissional na PMPB. **Blog A Briosa: Registros Históricos da PMPB**. João Pessoa, 2 set. 2016. Disponível em: <https://abriosapb.com.br/formacao-na-pm-pb/>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-248, jul/set, 1993.
- OLIVEIRA, Onivan Elias de. História do C.A.O. na Paraíba. **Polícia Militar da Paraíba**. Cabedelo, 6 jan. 2010. Disponível em: https://www.pm.pb.gov.br/portal/2010/01/06/historia_do_c_a_o_na_paraiba/. Acesso em: 28 jan. 2025.
- OYADOMARI, J. C. T.; ASSIS, W. A.; SIMÃOZINHO, S. M.; MENDONÇA NETO, O. R.; DUTRA-DE-LIMA, R. G. Pesquisa intervencionista: análise dos estudos empíricos internacionais em Gestão Estratégica de Custos. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, PR, v. 31, n. 2, p. 63-74, mai.-ago. 2012.
- POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA. **Boletins Institucionais da Polícia Militar da Paraíba**. Cabedelo, 2025. Disponível em: <https://www.pm.pb.gov.br/boletim>. Acessos em: fev. 2025.
- POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA. Centro de Educação. **Atas de conclusão de curso (CESP)**. 2004 a 2024.
- POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA. Centro de Educação. **Resoluções do Conselho Educacional**. 2010 a 2017.
- SANTOS, J. M. O.; ESTEVAM, R. A.; MARTINS, T. M. Pesquisa (Auto)biográfica. **Ensaio Pedagógicos**, Sorocaba, SP, v. 2, n. 1, p. 45-53, jan.-abr. 2018.
- SANTOS, S. M. A. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL, revista de ciências sociais**, São Paulo, SP, v. 24, n. 1, p.214-241, jan.-jun. 2017.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.